

# INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (IAB)

Comissão de Direito da Integração

**Indicação nº:** 6/2024

**Indicante:** Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna

**Relatora:** Elian Araujo

**Data Apresentação em Sessão Plenária:**

**Ementa:** Ementa: Análise de Constitucionalidade e estudo da relevância do G 20 para retratar a posição do Brasil no âmbito de sua Política Externa enquanto Política de Estado em face ao Multilateralismo.

**Palavras-chave:** Análise de Constitucionalidade. Política Externa. G20. Multilateralismo. Geopolítica Internacional.

## **PARECER**

### **A INDICAÇÃO**

A presente indicação, apresentada pelo membro da Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sérgio Sant'Anna, tem por objetivo a análise da Constitucionalidade e da participação do Brasil ocupando pela primeira vez a Presidência rotativa até o dia 30 de novembro do corrente através do mandato de um ano; sendo que a cidade do Rio de Janeiro passou a ser a capital do G20 com a previsão de uma grande reunião com os Chefes de Estado e de Governo que ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro do corrente. A iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro na criação do Comitê de Organização Rio G20, composto por órgãos públicos administrativos e de secretarias municipais, que articularão um calendário de eventos no

decurso desse ano de 2024. A participação de grupos e órgãos com engajamento no G20, em especial o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), dentre outras, que tem por objetivo criar eventos e fóruns com instituições de estudo e pesquisa para cooperação nos temas que serão objeto de debate no G20 visando aprofundar as análises nos temas geopolíticos e estratégicos da governança global. A participação e o posicionamento do Brasil nos foros internacionais devem ser tratados como Política de Estado. O envolvimento da sociedade civil, através da atuação do Instituto dos Advogados Brasileiros poderia contribuir como um *think tank* no objetivo de favorecer os debates em temas multilaterais, no reconhecimento da importância de reforçar a liderança do Brasil na geopolítica internacional em temas que estão sendo amplamente debatidos como o combate à fome e à pobreza, a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, a reforma da governança global, o fim da paralisa da OMC, a reforma das instituições internacionais, inclusive o Conselho de Segurança da ONU, as ações em favor da paz e da saúde, o dilema mudanças climáticas, a mudança de foco das instituições multilaterais de crédito como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para priorizar os países em desenvolvimento contribuindo para o combate às desigualdades sociais, dentre outros temas relevantes.

Para a realização deste parecer, dividiremos em três partes: (Parte I) O Brasil e sua política externa como política de Estado e governança global; II) Atuação na Presidência do G20 à luz da previsão constitucional, artigo 4º da Carta Fundamental (parte III).

## **PARTE 1:**

### **DA POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA DE ESTADO E GOVERNANÇA GLOBAL NO ESCRUTÍNIO CONSTITUCIONAL**

Neste primeiro ponto da Consulta do Parecer, tem como objeto, a análise da política externa e política de Estado, no olhar constitucional e a repercussão das medidas adotadas no âmbito da tradição do Itamaraty após a redemocratização do Brasil (1985). A política externa brasileira tem passado por transformações significativas, e sua caracterização como política de Estado enfrenta desafios conceituais e políticos.

É objetivo do parecer apresentar em síntese a história de alguns pontos relevantes da política externa brasileira e comparar a efetiva influência das medidas adotadas pelo atual governo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Brasil é reconhecido por sua política externa de continuidade, pragmática e de possuir uma diplomacia institucionalizada e de desenvolvimento, é mister registrar uma postura excepcional durante o Governo de Bolsonaro, (2019 a 2023), onde a política externa não ocupava lugar de prioridade na agenda governamental. Foram discursos e ações que denotavam uma reorientação abrupta da participação brasileira nas instituições regionais criadas pela soberania sul-americana nos anos 2003-2016, como a reformulação das relações com a China e com os países árabes, a ruptura com a política de colaboração Sul-Sul e ainda, sendo um período marcado pelo distanciamento das instituições multilaterais do Mercosul. O que destoava da tradição brasileira que desde os anos 90, buscou alinhar, conciliar diferenças e implementar mecanismos de ação conjunta e diversificação das relações.

O ano de 2023 iniciou com o novo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adotando uma agenda de reconstrução da política externa brasileira, implementando uma abordagem diplomática mais profícua, que foi recepcionada tanto no âmbito nacional como internacionalmente. Dessa forma, o Brasil reassumiu uma postura ativa no cenário global, demonstrando um esforço pragmático para superar a reputação de isolamento e desprestígio internacional e regional herdada da administração anterior.

O Brasil dentre os desafios a enfrentar, está a necessidade de manter e fortalecer sua posição de protagonista nas áreas onde já desempenhava um papel de liderança no cenário global, tais como, questões climáticas, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, inovação e cooperação tecnológica. O País atualmente tem como foco a recomposição e inovação de suas pautas de cooperação internacional para o desenvolvimento, democrático e sustentável, centrado na luta contra as desigualdades de classe, racial e gênero, tanto no contexto global como no regional.

Considerar a política externa como política pública, implica na ação do Estado e do governo no âmbito internacional, visando promover os interesses do país e contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento global. Significa reconhecer, que sua formulação e implementação estão inseridas na dinâmica das escolhas de governo, isso rompe com a ideia de interesses nacionais auto evidentes e permanentes, trazendo-a para o terreno da política, onde coalizões, barganhas e disputas influenciam suas diretrizes. As inovadoras

estruturas institucionais vêm aprofundando o estudo do papel da diplomacia, em seu processo pedagógico e transformador como fundamental, incutindo-nos a repensar o lugar da agência diplomática na administração pública e adotar uma perspectiva comparada no tempo e no espaço, ampliando conseqüentemente a nossa capacidade analítica.

A política externa, como uma política pública, quando bem planejada, implementada e avaliada, pode atingir objetivos determinados, utilizando recursos diplomáticos, econômicos e culturais e é capaz de gerar impactos positivos significativos, fortalecendo a posição do país no mundo e contribuindo para a estabilidade e o progresso global. O compromisso brasileiro de cooperação global e diplomacia multilateral, foi ratificado no discurso Presidencial de abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU:

*“O Brasil está se reencontrando consigo mesmo, com nossa região, com o mundo e com o multilateralismo. Nosso país está de volta para dar sua devida contribuição ao enfrentamento dos principais desafios globais. Resgatamos o universalismo da nossa política externa, marcada por diálogo respeitoso com todos.”*

A política externa brasileira enfrenta diversos desafios no cenário internacional. Dentre os principais destacam-se: a) Fomentar Parcerias Estratégicas Regionais e Globais: o Brasil precisa fortalecer alianças com outros países e organizações, buscando cooperação em áreas como comércio, segurança e desenvolvimentos; b) Diversificação Econômica e Comercial: ampliar sua base econômica, reduzindo a dependência de commodities e explorando setores como tecnologia e inovação; c) Sustentabilidade Ambiental como pilar estratégico: a preservação da Amazônia e o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental são desafios cruciais; d) Fortalecimento da Integração Regional: consolidar sua liderança em organizações regionais, como o Mercosul e a UNASUL, promovendo a cooperação na América do Sul; e) Desenvolvimento de Capacidades Tecnológicas e Inovação: Investir em ciência, tecnologia e educação é essencial para a competitividade global; f) Defesa e Segurança Regional: o país enfrenta desafios em áreas como tráfico de drogas, migração e segurança nas fronteiras e g) Promoção dos Direitos Humanos e da Democracia: o Brasil deve ser um defensor ativo dos direitos humanos e da democracia, tanto em sua política externa quanto em sua atuação internacional. Esses desafios refletem a complexidade das relações internacionais e a necessidade de uma abordagem multifacetada para enfrentá-los.

Com base em princípios constitucionais, a política externa brasileira na agenda dos direitos humanos, perfilha uma abordagem universal e despolitizada, posto que, não deverá **esta** ser influenciada por interesses políticos específicos. Significa que o Brasil deve priorizar a garantia e proteção dos direitos humanos, independentemente de contextos políticos. Agindo de maneira preventiva, imparcial e progressiva, demonstrando seu compromisso na tutela dos direitos humanos, quer esfera nacional ou internacional.

O Brasil a partir do ano de 2023, tem participado ativamente de fóruns multilaterais e regionais. Destacamos dentre as agendas de participações, a da VII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, selando seu retorno à CELAC após 14 anos de ausência, seguidamente; a Cúpula Sula Americana, realizada em Brasília, reunindo Chefes de Estado da América do Sul, chamado também de Consenso de Brasília (30/05/2023), onde a representação brasileira, intentou reativar a Unasul; comandou a criação da Comunidade de Polícias da América (AMERIPOL). Este Tratado foi assinado pelo Brasil e mais 12 países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Suriname e Uruguai. No âmbito do conflito na Palestina, o Governo Federal realizou a operação denominada “Voltando em Paz”, uma das maiores iniciativas de resgate de brasileiros em território em guerra, computando o traslado de mais de 1.525 pessoas que estavam em território israelense, na Faixa de Gaza e Cisjordânia; na pasta dos direitos humanos merece menção a participação no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), enfatizando a não politização e não seletividade dos direitos fundamentais, como o direito à vida, a liberdade e a saúde. Além disso, o Brasil também tem recebido Agentes, Relatores Especiais e Peritos Independentes do CDH, para participar e avaliar os avanços e carências das ações empreendidas no tratamento dos direitos humanos no país.

No âmbito regional, o Brasil também se destaca, por seu compromisso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e monitora a implementação de tratados de direitos humanos. A declaração da ONU em 28/07/2022, reconhecendo o meio ambiente saudável como um direito humano, também reflete o compromisso do Brasil com essa questão.

O Brasil tem dado vista de sua participação ativa nos acordos internacionais relacionados às mudanças climáticas. Durante a COP26(2021), isto é, na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, o governo brasileiro apresentou uma nova e pretenciosa meta: a redução em 50% das emissões de gases de efeito estufa até 2030 e neutralizar completamente as emissões de carbono até 2050. Esse objetivo vai além das expectativas e demonstra o compromisso do Brasil em enfrentar o desafio global das mudanças climáticas. Além disso, o governo brasileiro busca liderar pelo exemplo, apresentando resultados positivos na redução do desmatamento na Amazônia durante a Conferência das Partes, COP28, sediada em Dubai (2023). Nessa mesma oportunidade, o Brasil propôs a “Missão 1.5” que será apresentada na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em Belém do Pará (2025), tem como objetivo a construção de um programa de apoio para os países que intencionam agilizar a transição energética e a descarbonização, mas que não logram por falta de recursos ou outros coeficientes.

A abordagem brasileira inclui “Missão 1.5”, não apenas medidas punitivas, mas também incentivos à inovação, empreendedorismo e crescimento verde, visando uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa.

A governança global é de fato um conceito fundamental nas relações internacionais. Ela se refere ao conjunto de instrumentos e mecanismos utilizados para gerenciar as relações entre os estados e promover a cooperação em diversas áreas temáticas. A governança global envolve a criação de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que desempenham um papel fundamental na regulação e negociação de questões globais. Além dessas instituições, a governança global também inclui a elaboração e implementação de regras, normas e acordos legais que regem as relações internacionais. Isso pode incluir tratados internacionais, convenções e outros instrumentos legais que estabelecem padrões e diretrizes para a cooperação entre os estados. A governança global também abrange a coordenação e cooperação entre os diferentes atores internacionais, como governos, organizações não governamentais, empresas multinacionais e sociedade civil. É por meio dessas interações e colaborações que os desafios globais podem ser abordados e soluções conjuntas podem ser encontradas. Dessa forma, a proposta de uma nova governança global desempenha um papel crucial na promoção da paz, segurança, desenvolvimento econômico, proteção ambiental, direitos humanos e outras questões que transcendem as fronteiras nacionais.

Ela facilita ações cooperativas entre os estados e proporciona uma plataforma para a tomada de decisões coletivas e resolução de conflitos. Portanto, a governança global é essencial para enfrentar os desafios globais e promover a estabilidade e prosperidade internacional.

A Constituição Federal Brasileira, estabelece dentre os seus princípios básicos os da política externa, definindo-a como uma política de Estado. O artigo 4º da Constituição, estabelece os princípios que regem as relações internacionais do país, como a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Esses princípios são o alicerce da política externa brasileira e são considerados permanentes, não sofrendo alterações significativas de acordo com a mudança de governo. Isso mostra que a política externa é tratada como uma política de Estado, ou seja, uma política que transcende os governos e é mantida ao longo do tempo.

Além disso, a política externa brasileira também tem como objetivo a promoção da governança global. O país busca atuar de forma ativa e responsável nos organismos internacionais, como nas Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos e no Mercosul, buscando contribuir para a tomada de decisões e a busca por soluções para problemas globais.

A Constituição também estabelece que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural com os demais países da América Latina e do Caribe, bem como com os países africanos de língua portuguesa. Essa busca por parcerias e cooperação regional e sul-sul, mostra o compromisso do Brasil em promover a governança global e fortalecer a sua posição como um ator internacional relevante. Significa dizer que, a política externa brasileira está em constante evolução, e compreendê-la como política pública nos permite analisar suas escolhas, atores e agendas de forma mais abrangente e dinâmica.

## PARTE 2:

### DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA PRESIDÊNCIA DO G20 À LUZ DO ARTIGO 4º DA CARTA FUNDAMENTAL

A participação do Brasil ocupando pela primeira vez a Presidência no **G20, 2023, por um período de um ano**, é um momento histórico e emblemático na retomada do protagonismo do país no cenário internacional.

Como já mencionado, o artigo 4º da Constituição Brasileira estabelece os princípios das relações internacionais do Brasil, dessa forma, demonstra uma atenção para orientar a qualquer política externa que vir a ser adotada, garantindo ainda ao estado sua invulnerabilidade de seus atributos essenciais, e estabelecendo por sua vez, deveres de colaboração com os outros países. Projetando uma imagem de país pacífico, que respeita o direito internacional, a democracia multicultural e que é sensível aos problemas de desenvolvimento global.

No contexto da atuação brasileira na presidência do G20, é importante analisar como esses princípios são aplicados. O G20 é um fórum que reúne as principais economias do mundo, e a presidência do Brasil nesse órgão pode ser uma oportunidade para promover os interesses nacionais e contribuir para o desenvolvimento global.

Nesse sentido, a atuação brasileira na presidência do G20 deve estar alinhada com os princípios estabelecidos no artigo 4º da Constituição. Isso significa que o Brasil deve buscar a defesa dos direitos humanos, promover a igualdade entre os Estados e buscar a solução pacífica de conflitos. Além disso, o Brasil deve buscar a cooperação entre os países membros do G20 para o progresso da humanidade. Isso pode ser feito por meio da promoção do comércio justo, do combate à desigualdade social e da busca por soluções para problemas globais, como as mudanças climáticas e a crise migratória. No entanto, é importante lembrar que a atuação brasileira na presidência do G20 não deve se sobrepor aos interesses dos demais países membros, mas sim buscar o equilíbrio entre as necessidades nacionais e as demandas internacionais.

Assim, a atuação brasileira na presidência do G20, à luz do artigo 4º da Constituição, deve ser pautada pela defesa dos direitos humanos, pela busca da igualdade entre os Estados, pela solução pacífica de conflitos e pela cooperação para o progresso da humanidade. Durante essa presidência, o Brasil priorizará o combate à fome, pobreza e desigualdade, buscando criar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O país



reconhece que ainda há cerca de 1/10 da população mundial sem acesso regular à alimentação e considera isso uma prioridade. Além disso, o Brasil promoverá discussões sobre o desenvolvimento sustentável, abordando suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

A articulação de políticas comuns entre os membros do G20, propiciada pela Presidência brasileira, reflete também no âmbito interno viabilidades de avançar no sentido estabelecido pelos parâmetros postos na Constituição brasileira para a política econômica pública, em especial, a promoção do desenvolvimento nacional previsto nos artigos 3º, II, 23, VIII, 218, observados os referenciais de sustentabilidade postos tanto sob o ponto de vista ambiental nos artigos 23, incisos VI, VII, 170, VI, 186, inciso II e 225 e, quanto ao cultural prescritos nos artigos 23, incisos III, IV, V e 216, buscando, ainda, a redução das desigualdades sociais e regionais estabelecida nos artigos 3º, inciso III e IV, 23, inciso X, 43, 151, I, 165, § 7º, 170, inciso VII), parâmetros, estes, que deveriam ser, a rigor, sempre cogitados a cada vez que surge uma indagação sobre a validade ou invalidade de um ônus decorrente da política econômica. No caso, longe de se verificar a vulneração de qualquer desses, todos pertinentes à matéria em análise, há grandes possibilidades de se lhes dar concreção

Outra prioridade será a reforma da governança global, visando aprimorar as instituições globais e fortalecer a cooperação internacional em áreas críticas. Ao longo do mandato, estão previstas 120<sup>1</sup> reuniões dos grupos de trabalho e forças-tarefa que compõem o G20, tanto presenciais quanto virtuais, em cidades-sede das cinco regiões do Brasil. A cúpula de destaque será realizada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro deste ano.

### **Das Iniciativas e Participação Brasileira sediando o G20**

A proposta de o Brasil se tornar sede futura do G20 é uma iniciativa que visa fortalecer a participação do país no cenário internacional, posto que o G20 um fórum composto pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia, onde se discute e coordena ações para enfrentar desafios econômicos e financeiros globais. A participação brasileira no G20 tem sido marcada por contribuições significativas, tanto em termos

---

<sup>1</sup> Calendário de Reuniões G20 de acordo <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/brasil-divulga-calendario-de-reunioes-do-g20> . Consultado em: 08/06/24

econômicos como em questões sociais e ambientais. O país é uma das principais economias emergentes e tem desempenhado um papel cada vez mais relevante nas discussões e ações do grupo.

Ao se tornar sede do G20, oportuniza ao Brasil liderar e influenciar as agendas e decisões do grupo, promovendo temas de interesse nacional e regional. Além disso, a realização do evento no Brasil, certamente trará benefícios econômicos, como o estímulo ao turismo e o fortalecimento da imagem do Brasil como um país capaz de sediar grandes eventos internacionais. No entanto, é importante ressaltar que a escolha do Brasil como sede do G20 envolve desafios e responsabilidades. O país precisará demonstrar capacidade de organização e infraestrutura adequada para receber os líderes das principais economias do mundo.

Por certo, a proposta de o Brasil sediar o G20, representa uma oportunidade para o país fortalecer sua participação no cenário internacional e contribuir para as discussões e ações em busca de soluções para desafios globais.

O Brasil tem se engajado ativamente na reforma da governança global como parte de sua presidência do G20. O Embaixador Mauricio Carvalho Lyrio, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, destacou a importância dessa reforma durante o encontro de Chanceleres do G20, que ocorreu nos dias 21 e 22 de fevereiro. A preocupante escalada de conflitos internacionais registrada em 2023, com um recorde de 183 guerras e conflitos, reforça a necessidade de aprimorar as instituições globais para lidar com esses desafios. Sob a liderança do Brasil, o G20 concentra-se em questões críticas como proliferação de conflitos, fome, pobreza e mudança climática. Essa abordagem visa fazer uma diferença real na vida das pessoas e promover um mundo mais justo e sustentável.

Vivemos em um mundo no qual os desafios globais são cada vez mais complexos. Ainda enfrentamos desafios significativos ao lidar com os impactos do aquecimento global, coordenar ações dos bancos centrais em termos econômicos e resolver disputas comerciais de grande escala. Além disso, a pandemia de COVID-19 destacou a incapacidade coletiva de unir esforços e tomar decisões em prol do bem comum, mesmo diante de uma emergência global urgente. A crise climática, a destruição da natureza e o colapso da biodiversidade também demandam respostas globais mais eficazes e rápidas. Portanto, a reforma na governança global é crucial para enfrentar esses desafios e promover um futuro mais sustentável e pacífico para as pessoas e o planeta.

A Prefeitura do Rio de Janeiro criou o Comitê Municipal de Organização do G20, um órgão de coordenação diretamente ligado ao Gabinete do Prefeito da cidade. Esse comitê será responsável por coordenar as atividades municipais e eventos relacionados à presidência do Brasil no G20, tendo iniciado suas atividades em dezembro de 2023, e à reunião de cúpula do grupo econômico, prevista para novembro de 2024 na cidade do Rio. O Comitê Rio G20, será composto por membros de órgãos da administração pública municipal e terá como tarefa organizar e participar de eventos, fóruns e grupos de trabalho relacionados ao G20. Além disso, caberá ao Comitê Rio G20 elaborar um calendário de eventos e iniciativas na cidade carioca durante todo o ano de 2024. Essa iniciativa reforça o papel do Rio como capital natural de eventos internacionais decisivos para a governança global, frise-se que o G20 é um fórum multilateral que reúne as maiores economias do mundo, representando cerca de 85% do PIB global e mais de dois terços da população mundial

A participação de grupos e órgãos com engajamento no G20, em especial o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) está tendo um papel fundamental na assessoria ao G20 durante a presidência brasileira. Essas instituições formam o Comitê Organizador do *Think Tank 20* (T20-Brasil), que reúne *think tanks* nacionais e estrangeiros para produzir estudos e recomendações durante o período em que o Brasil estará à frente do G20. O T20-Brasil contribuirá com o pensamento estratégico do grupo considerado as maiores economias globais, composto por 19 países-membros e a União Europeia.

Essas instituições têm expertise e conhecimentos relevantes em áreas como relações internacionais, economia aplicada e política externa, o que lhes permite fornecer análises e recomendações importantes para os membros do G20. Além disso, essas organizações têm a capacidade de promover debates e discussões sobre questões globais e regionais, ajudando a influenciar a agenda do G20. No geral, o CEBRI, o IPEA e a FUNAG, contribuem para o diálogo e a cooperação internacional, trazendo novas perspectivas valiosas para os debates e decisões do G20. Essa cooperação organizacional, seguramente fortalecerá a cooperação internacional a promover discussões relevantes para a governança global.

## **Da Participação da sociedade civil e do IAB**

A participação da sociedade civil e do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) no G20 é de extrema importância. O G20 é composto por líderes das principais economias do mundo e tem como objetivo discutir e tomar decisões que afetam a economia global. A participação da sociedade civil, representada por organizações não-governamentais, movimentos sociais e outros grupos da sociedade traz uma perspectiva mais ampla e diversificada para as discussões do G20. Esses grupos podem trazer à tona questões de interesse público, como direitos humanos, igualdade de gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que muitas vezes não são prioridades dos líderes políticos. O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), como uma instituição dedicada ao estudo e ao aprimoramento do Direito, possui um papel relevante na participação do G20. Através de sua expertise na área jurídica, o IAB pode contribuir com análises e propostas relacionadas a questões legais e regulatórias que são discutidas no âmbito do G20, como comércio internacional, investimentos, regulação financeira e proteção aos direitos humanos.

Outrossim, a participação da sociedade civil e do IAB no G20 promove a transparência e a prestação de contas dos líderes políticos. Esses grupos podem monitorar de perto as políticas e decisões tomadas no G20, e atuar como uma voz independente e crítica, garantindo que os interesses da sociedade sejam considerados e protegidos. Portanto, a participação da sociedade civil e do Instituto dos Advogados Brasileiros no G20 é fundamental para promover uma discussão mais inclusiva e abrangente, garantindo que as decisões tomadas no âmbito do G20 sejam mais justas, equitativas e sustentáveis.

## **PARTE 3:**

### **A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NA GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL**

A importância do Brasil na geopolítica internacional e no G20 é significativa e comporta várias dimensões. Primeiramente, o Brasil é uma das maiores economias do mundo, ocupando atualmente a nona posição em termos de PIB (Produto Interno Bruto). Isso confere ao país uma relevância no cenário econômico global e proporciona maior poder de negociação em acordos comerciais e financeiros.

Além disso, o Brasil possui recursos naturais abundantes, como água, terra fértil, biodiversidade e minerais, o que o coloca em uma posição estratégica em termos de segurança alimentar e energética. Esses recursos são alvo de interesse por parte de outras nações, o que amplia a influência geopolítica do Brasil. No contexto do G20, o Brasil é um dos membros fundadores e desempenha um papel importante como representante dos países emergentes e em desenvolvimento. Reiteramos que o grupo é composto pelas principais economias do mundo e tem como objetivo promover a cooperação econômica e financeira global. O Brasil, ao participar ativamente das discussões e decisões do G20, tem a oportunidade de influenciar políticas internacionais e promover seus interesses. Outro ponto relevante é a posição geográfica do Brasil, que faz fronteira com dez países sul-americanos. Essa localização estratégica proporciona ao país uma influência regional significativa, especialmente na América do Sul, onde atua como uma potência regional.

O Brasil desempenha um papel importante na promoção da estabilidade política, econômica e social na região, além de participar de acordos e organismos regionais, como o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Portanto, a importância do Brasil na geopolítica internacional e no G20 está relacionada à sua condição de grande economia, seus recursos naturais estratégicos, sua posição regional e sua influência como representante dos países emergentes. Esses fatores conferem ao Brasil um papel relevante nas discussões e decisões que moldam a ordem mundial e permitem que o país defenda seus interesses e contribua para a estabilidade e o desenvolvimento global.

## **CONCLUSÃO**

A análise de constitucionalidade e o estudo da relevância do G20 são fundamentais para compreender a posição do Brasil no âmbito de sua Política Externa enquanto Política de Estado em relação ao multilateralismo. Em primeiro lugar, a análise de constitucionalidade é importante para verificar se a participação do Brasil no G20 está em conformidade com a Constituição Federal. Isso envolve examinar se a Constituição autoriza o país a se engajar em organizações internacionais como o G20 e se as decisões tomadas no âmbito desse grupo são compatíveis com as leis e princípios constitucionais brasileiros. Ademais, o estudo da relevância do G20 permite compreender o papel desempenhado por esse fórum internacional na política externa brasileira, na medida que é composto pelas principais economias do mundo e tem como objetivo promover a cooperação econômica e financeira global. A participação do Brasil no G20 pode refletir seu *status* como uma potência emergente e sua busca por maior influência nas decisões internacionais.

Ao analisar a relevância do G20 para o Brasil, é preciso considerar como as decisões tomadas nesse fórum afetam a política externa brasileira e quais são os interesses e objetivos que o país busca alcançar ao participar desse grupo. Isso envolve avaliar as posições adotadas pelo Brasil dentro do G20 e como elas se relacionam com sua política externa mais ampla, bem como com o multilateralismo.

O multilateralismo é um princípio fundamental da política externa brasileira, que busca promover a cooperação e o diálogo entre os países. Ao participar do G20, o Brasil pode buscar fortalecer o multilateralismo, defendendo seus interesses e valores, bem como contribuindo para a governança global. Portanto, a análise de constitucionalidade e o estudo da relevância do G20, são essenciais para compreender a posição do Brasil no âmbito de sua política externa como política de Estado em relação ao multilateralismo, permitindo identificar as motivações e objetivos do país ao participar desse fórum.

Por tudo o que foi apresentado neste parecer, fica demonstrado que essas iniciativas, constitucionais, protagonizadas, dirigidas, coordenadas ou induzidas pessoalmente pelo Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores, pela governança Municipal, órgãos nacionais, internacionais e sociedade civis, consubstanciam posturas afirmativas

e à luz da definição legal como atos lícitos de responsabilidade, passíveis à instauração, processamento e execução.

Caso este parecer venha a ser aprovado pelo Plenário do IAB, requer seja encaminhado para as autoridades competentes, em especial, às Presidências da República, ao Ministério das Relações Exteriores, às casas do Congresso Nacional, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, FUNAG e CEBRI, para fins de manifestar o seu posicionamento em relação ao citado tema, de relevância para o Estado brasileiro, enquanto liderança regional e líder global e propõe-se ao IAB se voluntariar.

Rio de Janeiro, 11 junho de 2024.



**Elian Araújo**